

Corpo-a-corpo no Planalto

Desde que o senador paraense Jáder Barbalho, há três semanas, provocou Itamar Franco, duvidando que ele oficializasse junto à convenção do PMDB sua disposição de disputar a Presidência da República, que a ala governista do partido não tem recebido boas notícias. Em Minas, o prefeito de Contagem, tido como um peso-pesado no controle dos delegados daquele estado, anunciou sua adesão à tese da candidatura própria. Na Paraíba, antes considerada um reduto fechado dos governistas, registrou-se a defecção do mais importante cacique local, o senador Ronaldo Cunha Lima. No Rio Grande do Sul, onde a tese da reeleição de Fernando Henrique é amplamente majoritária, o senador Pedro Simon arrancou do diretório regional o compromisso de que cada delegado gaúcho à convenção votará de acordo com sua consciência — a questão será aberta, e não fechada.

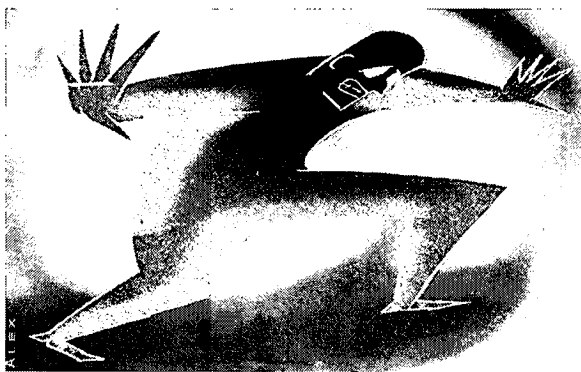
Dizem os governistas que, ape-

sar desses imprevistos, sua maioria não está ameaçada, pois teriam hoje 397 dos 696 votos da convenção. É bom desconfiar dessa estimativa, visivelmente inchada, já que inclui os 46 delegados da Paraíba, que, dificilmente marcharão em bloco com o governador José Maranhão depois da dissidência do senador Cunha Lima. Do outro lado, o presidente do PMDB, o oposicionista Paes de Andrade, jura que a tese da candidatura própria vai prevalecer na convenção, recebendo cerca de 400 votos. Também recomenda-se cautela com esses números. Estão vitaminados pela vontade de vencer.

Se a convenção fosse hoje, o mais provável é que ela terminasse com uma vitória apertada dos governistas, que teriam de 370 a 380 votos contra 320, 330 votos dos oposicionis-

tas. Mas, como a convenção não é hoje, mas em 8 de março, esses números podem mudar. Duas semanas na reta final de uma batalha decisiva são uma eternidade. A vantagem dos governistas tanto pode aumentar como desaparecer. O que tende a acontecer?

É impossível responder com certeza a essa pergunta. Os oposicionistas estão num bom momento, cheios de moral, e podem beliscar algo mais aqui



e ali. Mas é evidente que o Governo tem uma posição dominante, graças ao peso do Palácio do Planalto, à influência dos governadores pemedebistas, todos alinhados com a tese da reeleição, e ao apoio da maioria das bancadas na Câmara e no Senado. Possui os meios, portanto, para disputar cada voto e seduzir cada convencional., desde que, é claro, o terreno dentro do PMDB seja permeável a esse tipo de ação.

Certamente, entre os adeptos de primeira hora da tese da candidatura própria, uma contra-ofensiva governista dessa natureza tende a dar com os burros n'água. Mas será que as últimas adesões à candidatura própria obedecem a profundas convicções programáticas ou políticas e, conseqüentemente, são irreversíveis? É pouco provável. Muita gente aposta que gestos como os do senador Cunha Lima e do prefeito Newton Cardoso não são definitivos. Teriam como objetivo abrir novos

canais de negociação do PMDB com o Governo, diferentes dos atuais, já que estes, controlados pelo grupo formado por Íris Rezende., Eliseu Padilha, Michel Temer, Jáder Barbalho e Geddel Vieira Lima, estão entupidos pela turma que chegou primeiro. Se esse diagnóstico for correto, trata-se de um problema que pode ser resolvido com uma linha direta com o Planalto, sem intermediários.

O diabo é que uma conversa puxa outra, o primeiro pedido emenda com um segundo, dois dissidentes estimulam o surgimento de um terceiro e de um quarto e, em três tempos, está formado o mercado persa, com o inevitável desgaste do presidente junto ao eleitorado. Se alguém não se lembrar de fixar limites éticos para a envergadura da contra-ofensiva governista, a opinião pública logo torcerá o nariz para o balcão..

A semana seguinte à do Carnaval será decisiva. E esclarecedora também.